

# Fim dos prazos? Europa prepara "licenças ilimitadas" para substâncias ativas

Автор(и): Растителна защита  
Дата: 30.01.2026 Брой: 1/2026



*Após o fracasso dos planos de restrição, Bruxelas considera uma mudança radical ao introduzir licenças de prazo indeterminado para substâncias ativas. Advogados alertam que a remoção das datas de validade inverte as regras do jogo. Em vez de o fabricante ser obrigado a provar periodicamente que seu produto é seguro de acordo com os mais recentes padrões científicos, o ônus recairá sobre a sociedade e os reguladores.*

A política europeia de proteção das plantas está dando uma guinada brusca. Há apenas um ano, o principal tópico em Bruxelas era a estratégia "Do Prado ao Prato" e o plano SUR para reduzir os pesticidas em 50%. Hoje, após os protestos massivos dos agricultores e os choques políticos, a Comissão Europeia (CE) está se

movendo na direção oposta – rumo à remoção de barreiras e à garantia do uso de longo prazo dos produtos de proteção das plantas.

### **A Armadilha Administrativa**

Até agora, a regulamentação europeia exigia que as substâncias ativas passassem por uma rigorosa reavaliação científica a cada 10 a 15 anos. Quando a licença de um pesticida expirava e a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) não estava pronta com a nova avaliação, a Comissão Europeia estendia automaticamente a autorização por 1 ano. Isso aconteceu repetidamente, deixando produtos no mercado legalmente com avaliações de segurança vencidas.

Para evitar que os agricultores ficassem sem produtos devido a atrasos burocráticos, a Comissão passou a fazer uso generalizado, na prática, do chamado Artigo 17 (prorrogação administrativa). Isso permite que as licenças das substâncias sejam estendidas administrativamente – frequentemente por um ano, e repetidamente. O resultado: dezenas de pesticidas permanecem no mercado anos após a expiração de sua licença original, sem terem passado por uma nova verificação de segurança bem-sucedida.

### **O Caso do "Glifosato": A Comissão Decide Sozinha**

No final de 2023, o caso do herbicida mais usado – o glifosato – demonstrou claramente a determinação de Bruxelas. Apesar de dados conflitantes sobre carcinogenicidade e da falta de maioria política entre os Estados-membros (a Alemanha se absteve, a França queria restrições), a Comissão então tomou a questão em suas próprias mãos.

Citando a falta de evidências conclusivas de dano no relatório da EFSA, a CE estendeu unilateralmente a autorização do glifosato pelo período máximo de 10 anos (até 2033). Esta decisão, amplamente coberta pela mídia europeia, estabeleceu um precedente: o setor recebeu um sinal de que seus produtos seriam protegidos, mesmo sob forte pressão pública.

### **O Novo Plano: Licenças Sem Data de Término?**

As mudanças reais, no entanto, ainda estão por vir. Segundo um artigo de janeiro de 2026 do *Handelsblatt*, a Direção-Geral SANTE da CE está preparando a chamada "Simplificação Omnibus". O objetivo é eliminar completamente a necessidade de revisões periódicas para a maioria das substâncias.

## O que a mudança prevê:

- **Aprovações de prazo indeterminado:** Em vez de solicitar renovação a cada 10 anos, as substâncias ativas receberão uma licença por prazo indeterminado.
- **As exceções:** Verificações regulares serão apenas para os produtos químicos mais perigosos (os chamados "candidatos à substituição"). Todos os outros serão considerados seguros até que se prove o contrário.
- **Períodos de carência mais longos:** O período de carência para uso de produtos já banidos pode ser estendido de 18 para 36 meses.

## O Ataque Jurídico: A Lei Está Sendo Violada?

O plano para "licenças de prazo indeterminado" já encontra forte resistência. O prestigiado escritório de advocacia *Geulen & Klinger* emitiu uma declaração de que tal mudança é ilegal.

Advogados alertam que a remoção das datas de expiração inverte o princípio seguido até agora. Em vez de o fabricante ser obrigado a provar periodicamente que seu produto é seguro de acordo com os mais recentes padrões científicos, o ônus recairá sobre a sociedade e os reguladores – eles terão que provar que um produto é prejudicial para pará-lo. Isso, na prática, "cimenta" fórmulas antigas no mercado por décadas.

## O Que Vem a Seguir?

A Europa está numa encruzilhada. De um lado estão os agricultores, que insistem em previsibilidade e menos burocracia após anos de incerteza. Do outro estão as organizações ambientais e os cientistas, que veem um risco para a saúde e o meio ambiente no novo plano.

Uma batalha difícil se aproxima no Parlamento Europeu e nos tribunais, que determinará se a agricultura europeia está seguindo o caminho da desregulamentação.

1. *Handelsblatt: "EU-Änderungen bei Pflanzenschutzmitteln laut Gutachten rechtswidrig" (Janeiro de 2026)*
2. *ORF.at: "Glyphosat: EU-Kommission verlängert Zulassung um zehn Jahre"*
3. *Regulamento (CE) N.º 1107/2009 relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado*